



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS NASCIDOS VIVOS E PARTURIENTES NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS

CASTRO, Maria Clara Lopes¹ (clara.lcastro@outlook.com); **QUADROS, Fátima Alice Aguiar²** (faaquadros@hotmail.com)

¹Discente do curso de Medicina da UEMS – Campo Grande;

²Docente do curso de Medicina da UEMS – Campo Grande.

O estudo epidemiológico envolve investigação de determinantes relacionados ao processo saúde-doença e o subsídio de conhecimento capaz de embasar ações em saúde. Este trabalho almeja o traçado do perfil epidemiológico de nativos e parturientes no município de Campo Grande, estratificando-o em dois grupos populacionais: o indígena e o não indígena. A análise de dados referentes a esse perfil, no estado do Mato Grosso do Sul é escassa, portanto, a pesquisa tem como objetivo geral realizar esse levantamento no município de Campo Grande, buscando, também, aferir possíveis diferenças entre os perfis de etnias não indígenas e indígenas. Trata-se de um estudo observacional majoritariamente quantitativo, descritivo e retrospectivo, com dados secundários do banco de dados do SINASC, DATASUS. A população deste estudo foi formada pelas parturientes e nativos residentes no município de Campo Grande, MS. Sendo incluídos todos os registros de nascimentos para menores de um ano, que se enquadrem na descrição anterior, disponíveis no SINASC entre 2014 a 2016. Os dados são de acesso público pelo Departamento de Informática do SUS e Ministério da Saúde, preservando-se a identidade dos sujeitos. Os dados foram organizados em planilhas do Microsoft Excel 2007. Contatou-se 42401 registros, sendo 262 relativos à população indígena, 71 registros com etnia ignorada foram excluídos dessa contagem. Dentre os indicadores mais relevantes, observou-se, quanto à idade materna, uma porcentagem de partos em idade superior a 30 anos mais frequente em população não indígena (NI = 33,2%) do que em população indígena (I = 26,33%); ensino médio completo em 27,91% das parturientes de NI e em 6,48% de I; quanto ao estado civil, a presença de união estável ou matrimonial é maior em NI (40%) em relação a I (30,15%); a relação de partos com menos de 37 semanas completas é maior para I (16,79%) que para NI (10,42%); a quantidades de partos normais é superior para I (63,74%) em relação a NI (39,28%); participaram de ao menos 7 consultas pré-natais 66,7% de NI e 40,45% de I; apresentaram apgar ≥ 8 , no quinto minuto, 98,13% de NI e 98,85% de I; apresentaram baixo peso ao nascer 8,36% de NI e 7,25% de I. Os resultados mostraram diferenças entre as populações, mas percebe-se que essas não foram tão discrepantes, possível consequência da assimilação cultural causada pela urbanização do grupo indígena. No entanto, indicadores como o número de consultas pré-natais refletem que o acesso e busca a serviços de saúde, por parte da população indígena, ainda é precário, ou por falta de acessibilidade, ou de conhecimento, o que indicaria, por exemplo, a necessidade de ações que alcancem esse grupo, por busca ativa dessa população.

Palavras-chave: epidemiologia, gestantes, nativos.

Agradecimentos: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica ao primeiro autor